

# Calvino sobre a Vontade Unitária de Deus

Bob Higby

Muitos expositores hoje, alegando o nome de Calvinismo, odeiam a doutrina da vontade unitária de Deus. Grande esforço tem sido empreendido para encontrar fragmentos de textos de Calvino que harmonizem com os últimos Puritanos, Spurgeon e Dabney, que ensinaram uma síntese de vontades paradoxais e conflitantes em Deus. Postarei uma seção do Livro I, capítulo XVIII das *Institutas* de Calvino que inquestionavelmente deixam sua doutrina clara sobre a questão. Calvino condena, em termos nada duvidosos, os próprios argumentos de certos Puritanos<sup>1</sup> e seguidores de Fuller<sup>2</sup> que se autodenominam calvinistas.

Uma distinção muito importante que Calvino faz é a diferença entre vontade e preceito na Escritura. A VONTADE de Deus (*boulemai* e *thelo* no grego) não se refere aos MANDAMENTOS de Deus. A vontade de Deus é o seu propósito, sua paixão, seu desejo, sua determinação de executar tudo quando ele quer. Esse é o significado do uso bíblico. Todavia, muitos expositores hoje se referem descuidadamente aos preceitos de Deus e à vontade de Deus como entidades equivalentes.

Alguns apontarão que existem aqueles que estão ‘fora’ da vontade de Deus de acordo com as declarações de Cristo nos evangelhos sinóticos e uns poucos outros versículos do NT. É importante entender a diferença extrema entre o conceito de vontade de Deus envolvendo um escopo limitado, como ensinado por certas passagens do NT, e a doutrina das vontades paradoxais e conflitantes de Deus. Gordon Clark, em seu livro *Predestination*, fez um trabalho excelente em explicar o uso sinótico, que basicamente significa a VONTADE DO REINO de Deus. Alguns perdem a paixão de Deus em seus propósitos para o reino simplesmente porque não foram predestinados para entrar no reino. Contudo, de forma alguma isso significa que os réprobos estão fora da vontade soberana de Deus no sentido amplo – como testificado por muitas outras passagens da Escritura.

A proposição sendo defendida é que Deus tem um único propósito para todas as coisas criadas e seus desejos nunca estão em conflito. Em outras palavras, Deus consegue tudo o que quer nos eventos da história e não tem nenhum desejo contrário. Aqui está Calvino:

---

<sup>1</sup> Nota do tradutor: O autor usa o termo “low-grace Puritans”, ou seja, literalmente “Puritanos de uma graça fraca, barata, baixa”. Ele está se referindo aos Puritanos que adotaram uma visão inconsistente sobre a predestinação, vontade de Deus, etc., e que tentavam abrandar, de uma forma ou de outra, o aspecto particular e soberano da graça de Deus.

<sup>2</sup> Nota do tradutor: Andrew Fuller, que se opôs aos supostos ensinamentos hipercalvinistas de John Gill.

Ora, facilmente se refuta o que objetam, em primeiro lugar, isto é, que se nada acontece a não ser que Deus o queira, há nele duas vontades contrárias, porquanto, de seu desígnio secreto, decreta o que abertamente proibiu através de sua lei. Contudo, antes que eu responda, quero de novo prevenir os leitores de que esta cavilação não se volta contra mim; ao contrário, é contra o Espírito Santo que, de fato, ditou ao santo varão Jó esta confissão: “Como aprovou a Deus, assim se fez” [Jó 1.21]. Como fora despojado por ladrões, reconhece no dano e malefício que fizeram o justo azorrague de Deus.

Que diz a Escritura em outro lugar? “Os filhos de Eli não obedeceram ao pai, porque Deus os queria matar” [1Sm 2.25]. Proclama ainda outro Profeta: “Deus, que habita no céu, faz tudo quanto quer” [Sl 115.3]. E, com clareza suficiente, já mostrei que todas essas coisas que esses censores querem que aconteçam somente por sua permissão passiva, Deus é chamado o autor de todas elas. Ele testifica que cria a luz e as trevas, que forma o bem e o mal” [Is 45.7]; que nada de mau acontece que ele mesmo não o tenha feito [Am 3.6].

Rogo, pois, que digam se Deus exerce seus juízos porque assim o quer, ou a despeito de não o querer? Mas, da mesma forma que Moisés ensina [Dt 19.5] que, por eficiência divina, aquele que é morto pelo desvio acidental de um machado foi entregue à mão do que o fere, assim também diz à Igreja toda, em Lucas [At 4.28], que Herodes e Pilatos se mancomunaram para fazer o que a mão e o desígnio de Deus haviam decretado. E, com efeito, a não ser que Cristo houvesse sido crucificado porque Deus assim o quis, donde teríamos redenção?

Contudo, nem por isso Deus se põe em conflito consigo mesmo, nem se muda sua vontade, nem o que quer finge não querer; todavia, embora nele sua vontade seja uma só e indivisa, a nós parece múltipla, já que, em razão da obtusidade de nossa mente, não aprendemos como, de maneira diversa, o mesmo não queira e queira que aconteça. Paulo, onde disse que a vocação dos gentios era “um mistério escondido” [Ef 3.9], acrescenta, pouco depois [Ef 3.10], que nela manifestara a multifária sabedoria de Deus. Porventura porque, em decorrência da lerdeza de nosso entendimento, a sabedoria de Deus se afigura múltipla, ou, como a verteu o tradutor antigo, multiforme, deveríamos nós, por isso, sonhar no próprio Deus qualquer variação como se mudasse de plano ou divergisse de si mesmo?

Antes, quando não apreendemos como Deus queira que se faça o que proíbe fazer, venha-nos à lembrança nossa obtusidade, e ao mesmo tempo consideremos que a luz em que ele habita não em vão se chama inacessível [1Tm 6.16], já que de trevas é rodeada. Logo, de bom grado, aquiescerão a esta ponderação de Agostinho todos os piedosos e despreziosos: “Por vezes, com uma vontade boa, um homem quer

algo que Deus não quer, como, por exemplo, se um bom filho quer que o pai viva, a quem Deus quer que morra; por outro lado, pode acontecer que, de má vontade, um homem queira o mesmo que, de boa vontade, Deus quer, como, por exemplo, se um filho mau queira que o pai morra, e isso também Deus queira. Isto é, aquele quer o que Deus não quer; este, porém, quer o que também Deus quer. E no entanto a piedade daquele, ainda que a querer coisa diferente, mais se coaduna com a vontade boa de Deus, do que a impiedade deste a despeito de querer o mesmo. Tanto importa que seja próprio ao homem querer, que o seja a Deus, e a que fim se inclina a vontade de cada um, de sorte que ou seja aprovada ou seja reprovada. Ora, mediante as vontades más de homens maus Deus executa o que quer de boa vontade.

Aliás, pouco antes Agostinho havia dito que, por sua revolta, os anjos apóstatas, e todos os réprobos, quanto respeita a si próprios, haviam feito o que Deus não queria; quanto, porém, respeita à onipotência de Deus, isto de modo algum teriam podido fazer, porque, enquanto o fazem contra a vontade de Deus, lhe é feita a vontade no que a eles se refere. Donde exclama: “Grandes são as obras de Deus, excelentes em todas as suas vontades [Sl 111.2]; e assim, de maneira mirífica e inefável, não se faça, exceto por sua vontade, o que se faz mesmo contra sua vontade, porque não se faria se ele não o permitisse; nem o permite, como se de qualquer forma não o quisesse; ao contrário, porque o quer; mesmo sendo bom não permitiria que mal se fizesse, exceto que, onipotente, até em relação ao mal pudesse fazer bem.”

Desta maneira se resolve, ou, melhor, por si mesma se dissolve também outra objeção: Se Deus não só se serve da operação dos ímpios, mas inclusive lhes governa os desígnios e intenções, é ele o autor de todas as impiedades e, conseqüentemente, os homens são imerecidamente condenados, se estão a executar o que Deus decretou, uma vez que estão a obedecer-lhe à vontade.

Ora, erroneamente, eles confundem sua *vontade* com seu *preceito*, a qual de inúmeros exemplos transparece diferir dele desmedidamente. Pois, visto que, enquanto Absalão violou as concubinas do pai [2Sm 16.22], Deus quis com esse ato infamante punir o adultério de Davi, entretanto nem por isso preceituou ao filho celerado cometer o incesto, senão que o preceituou talvez com respeito a Davi, como este mesmo fala acerca das insultuosas acusações de Simei. Pois, enquanto confessa [2Sm 16.10] que aquele amaldiçoava por injunção de Deus, de modo algum lhe recomenda a obediência, como se aquele cão insolente estivesse obedecendo ao imperativo de Deus, mas, reconhecendo que a língua era o azorrague de Deus, se deixa pacientemente castigar.

Isto nos cabe realmente sustentar: enquanto por instrumentalidade dos ímpios Deus leva a bom termo o que decretou em seu juízo secreto, não são eles escusáveis, como se estivessem obedecendo a seu preceito, o qual deliberadamente violam em sua desregrada cupidez. Ora, visto que procede de Deus, e é regido por sua providência secreta o que os homens perversamente fazem, exemplo luminoso é a escolha do rei Jeroboão [1Rs 12.20], na qual se condena severamente a temeridade e insânia do povo, porque havia pervertido uma ordem sancionada por Deus e perfidamente se afastara da casa de Davi; e no entanto sabemos que Deus quisera que Jeroboão fosse ungido. Do quê se mostra também certa aparência de contradição nas palavras de Oséias, porquanto onde Deus se queixou [Os 8.4] de que aquele reino havia sido estabelecido sem seu conhecimento e contra sua vontade, em outro lugar [Os 13.11] proclama que, em sua ira, o havia dado ao rei Jeroboão.

Como se harmonizarão estas afirmações: que Jeroboão não havia reinado da parte de Deus; e, por outro lado, que havia sido constituído rei pelo mesmo Deus? Obviamente, visto que o povo não pode apartar-se da casa de Davi sem alijar o jugo a si divinamente imposto, nem tampouco ao próprio Deus foi destruída a liberdade de assim punir a perfídia; contudo, em virtude de outro propósito, quer com justiça a defecção. Do quê também Jeroboão, além da expectativa, é impelido ao reino pela sagrada unção. Por esta razão, diz a história sagrada [1Rs 12.15] que foi suscitado por Deus um inimigo que despojasse o filho de Salomão de parte do reino.

Ponderem os leitores, diligentemente, a ambos os aspectos: porque aprouvera a Deus que o povo fosse governado sob a mão de um só rei, quando o reino se cinde em duas partes, isto acontece contra sua vontade, e todavia da vontade do mesmo Deus foi o princípio da separação. Ora, certamente que o Profeta, assim pela palavra como pelo sinal da unção, a Jeroboão, que nada disso estava a cogitar, incita à esperança do reino. Isto, entretanto, não se faz, seja sem o conhecimento, seja contra a vontade de Deus, que assim determinou se fizesse; e contudo de direito é condenada a rebelião do povo, já que, como Deus fosse contrário, se apartara dos descendentes de Davi.

Por esta razão, também acrescenta-se depois que Roboão desprezou altivamente as solicitações do povo: isto foi feito por Deus para que se confirmasse a palavra que havia proferido por intermédio de Abias, seu servo [1Rs 12.15]. Eis como, contra a vontade de Deus, se rompe a sagrada unidade; e, não obstante, como, por sua vontade, as dez tribos se alienam do filho de Salomão. Adicione-se ainda um outro exemplo similar: quando, anuindo o povo, ou, melhor, emprestando as mãos, são degolados os filhos do rei Acabe e exterminada toda sua descendência [2Rs 10.7]. Certamente com verdade refere Jeú nada

haver caído por terra das palavras de Deus; ao contrário, pessoalmente fez ele tudo quanto falara por intermédio de seu servo Elias [2Rs 10.10]. E todavia, não sem causa, Jeú reprova aos cidadãos de Samaria que tivessem emprestado seu concurso: “Sois vós, porventura, justos?”, diz ele. “Se, pois, eu conspirei contra meu senhor, quem matou a todos estes?” [2Rs 10.9].

A não ser que esteja enganado, já antes expliquei claramente como, em um mesmo ato, tanto se manifesta o delito do homem, quanto refulge a justiça de Deus. E aos espíritos comedidos será sempre suficiente esta resposta de Agostinho: “Uma vez que o Pai haja entregado o Filho, e Cristo seu corpo, e Judas o Senhor, por que nesta entrega Deus é justo e o homem réu, senão porque, em um e o mesmo ato que praticaram, a causa em função da qual o praticaram não é uma e única?”

Mas se alguns se sentem mais embaraçados com o que ora dizemos, ou, seja, que em Deus não há nenhum consenso com o homem, onde este, pelo justo impulso daquele, faz o que não lhe é de direito, que os socorra o que em outro lugar adverte o mesmo Agostinho: “Quem todo não trema ante esses juízos em que Deus opera até mesmo no coração dos maus tudo quanto lhe apraz, contudo dando-lhes de conformidade com seus merecimentos?” E certamente que, na traição de Judas, atribuir a Deus a culpa do ato nefando, visto que ele próprio não só quis que o Filho fosse entregue, como inclusive o entregou à morte, em nada será mais lícito que transferir a Judas o louvor da redenção.

E assim o mesmo escritor pondera, com muito acerto, em outro lugar, que neste exame Deus não indaga o que os homens têm podido, ou o que têm feito, porém o que têm querido, de sorte que o que se leva em conta é o propósito e a vontade. Ponderem, por uns poucos instantes, aqueles para quem isso é por demais áspero, quão tolerável lhes é a impertinência, quando, porque lhes excede à compreensão, rejeitam matéria atestada por claros testemunhos da Escritura e acusam de vício que essas coisas sejam trazidas a público, as quais, a não ser que houvesse reconhecido serem proveitosas para se conhecer, Deus jamais haveria ordenado que fossem ensinadas através de seus profetas e apóstolos. Ora, nosso saber não deve ser outra coisa senão abraçar com branda docilidade, e certamente sem restrição, tudo quanto foi ensinado nas Sagradas Escrituras. Os que, porém, invectivam mais insolentemente, quando se evidencia sobejamente estarem eles a vociferar contra Deus, não são dignos de refutação mais extensa.